



**Senado Federal**  
**Concurso Público**

**CONSULTOR LEGISLATIVO**

**Assessoramento Legislativo**

**Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)**

**Caderno Tipo 1 (Branco) – 09M1**

**Direito Penal,  
Processual Penal e  
Penitenciário**



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS  
FGV PROJETOS

## Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

### Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a

resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras,

- 110 mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

### 1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

### 2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

### 3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

### 4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

### 5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

### 6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo.
- (B) explicativo.
- (C) alternativo.
- (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

### 7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

**8**

*Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras...* (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

**9**

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

**10**

*Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.* (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

**11**

*É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?* (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

**12**

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

**13**

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

**14**

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

**15**

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**Conhecimentos Gerais****16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

**17**

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

**18**

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.



**19**

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

**20**

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

**21**

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

**22**

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

**23**

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

**24**

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

**25**

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**Direito Constitucional e Administrativo****26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

**27**

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

**28**

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas-data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas-data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

**29**

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

**30**

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

**31**

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.



**32**

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificação adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

**33**

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

**34**

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

**35**

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

**Administração Pública****36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

**37**

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

**38**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal,: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

**39**

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão Ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

**40**

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

**Raciocínio lógico****41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

**42**

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

**43**

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

**44**

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

**45**

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

**46**

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

**João:** Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

**José:** Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

**Maria:** Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

**Rosa:** Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

## Língua Inglesa

### Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

20 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

25

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

## 47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

## 48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

## 49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

## 50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****51**

Com relação às Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a alternativa correta:

- (A) No exercício das suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito convocar os chefes dos poderes executivos, que deverão comparecer obrigatoriamente ao ato para o qual foram convocados.
- (B) Na hipótese de testemunha regularmente intimada não comparecer sem motivo justificado à sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito, a sua intimação será solicitada ao juízo criminal do local em que resida ou se encontre.
- (C) Poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito, no exercício de suas atribuições, requisitar às operadoras de telefonia cópias das ordens judiciais e dos mandados de interceptação telefônica sigilosa regularmente decretada pelo juízo competente, a fim de que possam instruir o inquérito em andamento.
- (D) Constatando-se a necessidade de ser realizada a interceptação telefônica de algum investigado, as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão decretá-la, desde que fundamentadamente e para finalidade que guarde relação com o objeto para o qual foi instaurada.
- (E) A atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito termina com a sessão legislativa em que houver sido constituída, sendo vedada a sua prorrogação sob qualquer circunstância.

**52**

Com relação ao Regime Disciplinar Diferenciado, instituído pela Lei n. 10.792/2003, assinale a alternativa correta.

- (A) O período de aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado nunca poderá ultrapassar 360 dias, sendo vedada a repetição da sanção por nova falta grave.
- (B) O Regime Disciplinar diferenciado nunca poderá ser aplicado a presos provisórios.
- (C) A autorização para a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado dependerá de requerimento circunstanciado elaborado pelo diretor do estabelecimento ou outra autoridade administrativa e despacho fundamentado da autoridade judicial competente.
- (D) O preso terá direito a sair de sua cela por um período de duas horas semanais para banho de sol.
- (E) Cumprido o requisito objetivo para a progressão de regime, o preso passará por um período de avaliação, não inferior a seis meses, a fim de que se possa determinar se tem condições de deixar o regime disciplinar diferenciado.

**53**

Tício é preso em flagrante em sua casa, no momento em que agredia fisicamente sua esposa com socos e pontapés, causando-lhe lesões corporais leves na face. Após a lavratura do auto de prisão em flagrante realizado pela autoridade policial, sua prisão é imediatamente comunicada ao juízo de uma das Varas Criminais da Comarca. Ao analisar o caso, o juiz determina a conversão da prisão em flagrante de Tício em prisão preventiva e decretou medidas protetivas em seu desfavor, determinando o seu afastamento do lar, a proibição de contato com sua esposa e a impossibilidade de dela se aproximar por distância menor que 200 metros. Ao fundamentar a decisão, asseverou que se faziam presentes os requisitos legais autorizadores, uma vez que o ato buscava garantir a ordem pública na medida em que se prestava a garantir a execução das medidas protetivas decretadas. Ademais, assinalou que no caso em questão, em que ocorre violência doméstica, o estado não possui aparato suficiente para fiscalizar o cumprimento das medidas pelo acusado, de maneira que a prisão preventiva se faz necessária.

Considerando-se o caso acima descrito, assinale a alternativa correta.

- (A) Por versar sobre crime de menor potencial ofensivo, a competência para seu processamento é de Juizado Especial Criminal. Assim, a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva é nula, haja vista ter sido prolatada por juízo absolutamente incompetente.
- (B) A decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva é atacável por meio de *Habeas Corpus*, em que se deve pleitear a revogação da prisão preventiva, tendo em vista não ser cabível a decretação da prisão preventiva para se garantir o cumprimento de medidas protetivas.
- (C) A decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva é atacável por meio de apelação, na qual se deve requerer a revogação da prisão preventiva de Tício, ao argumento de que não é admissível a decretação de prisão antes do trânsito em julgado de decisão penal condenatória.
- (D) A decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva é atacável por meio de *Habeas Corpus*, em que se deve pleitear a revogação da prisão preventiva de Tício, tendo em vista que, apesar de ter sido a custódia cautelar decretada para garantir o cumprimento de medida protetiva, o juiz não fundamentou tal necessidade em elementos concretos, valendo-se de argumentações genéricas inaceitáveis para a hipótese.
- (E) A decisão que converteu a prisão em flagrante pela preventiva é atacável por meio de *Habeas Corpus*, em que se deve pleitear a revogação da prisão preventiva de Tício, tendo em vista não ser cabível a decretação de prisão cautelar nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade inferior a quatro anos.

**54**

Caio foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de furto, por ter subtraído de Mévio um relógio de ouro puxando-o, súbita e inesperadamente, de seu punho enquanto realizava sua corrida vespertina. Deflagrada a ação penal, durante a instrução criminal restou comprovado pelos depoimentos das testemunhas e pelas imagens de câmeras de vídeo juntadas aos autos que, na verdade, Caio subtraiu o relógio de Mévio mediante o emprego de arma de fogo para ameaçá-lo e, assim, obter êxito em sua empreitada criminoso. Com base no caso descrito, assinale a alternativa correta.

- (A) Diante da nova situação fática apresentada durante a instrução criminal, deverá o juiz julgar extinto o processo sem análise do mérito e remeter os autos ao Ministério Público para o que Promotor de Justiça ofereça nova denúncia.
- (B) Diante da nova situação fática apresentada durante a instrução criminal, poderá a defesa impetrar *Habeas Corpus* ao Tribunal competente pleiteando o trancamento da ação penal, haja vista a descrição dos fatos da inicial não estarem em convergência com as provas produzidas.
- (C) Diante da nova situação fática apresentada durante a instrução criminal, o juiz deverá absolver Caio por ausência de correlação entre a denúncia e as provas carreadas aos autos.
- (D) Diante da nova situação fática apresentada durante a instrução criminal, deverá o juiz abrir vista dos autos ao Ministério Público para que, no prazo de cinco dias, adite a denúncia.
- (E) Diante da nova situação fática apresentada durante a instrução criminal, poderá o juiz emendar a inicial para dar ao fato nova definição jurídica e, assim, poder condenar Caio pela prática do crime de roubo com causa especial de aumento de pena pelo emprego de arma de fogo, previsto no artigo 157, § 2º, I, do Código Penal.

**55**

Com relação ao concurso de crimes, é correto afirmar que

- (A) o Código Penal adotou a regra do cúmulo material no artigo 69 e da exasperação em todas as hipóteses dos artigos 70 e 71.
- (B) não é possível o reconhecimento da continuidade delitiva nos crimes contra vítimas diferentes.
- (C) o regime de pena deve ser fixado de acordo com a soma das penas aplicadas a cada um dos crimes, sem desconsiderar as circunstâncias do artigo 59 do Código Penal e a orientação do artigo 33 do mesmo diploma legal.
- (D) nos crimes conexos, extinta a punibilidade de um deles, com relação aos outros, não pode ocorrer agravamento da pena resultante da conexão.
- (E) somente na hipótese de concurso material as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente.

**56**

Sendo flagrado o acusado com duas armas de fogo, uma de uso permitido (artigo 14 da Lei 10.826/03 – pena de 02/04 anos) e outra de uso restrito (artigo 16 da Lei 10.826/03 – pena de 03/06 anos), não tendo autorização legal para portá-las, observada a regra do concurso de crimes, pode-se afirmar que a melhor capitulação para aquele comportamento é

- (A) Artigos 14 e 16 da Lei 10.826/03, em concurso material.
- (B) Artigos 14 e 16 da Lei 10.826/03, em concurso formal.
- (C) Artigos 14 e 16 da Lei 10.826/03, na forma continuada.
- (D) Artigo 16 da Lei 10.826/03.
- (E) Artigo 14 da Lei 10.826/03.

**57**

Após regressar do exterior, Caio, deputado estadual, é preso em flagrante na alfândega de um aeroporto internacional da capital de seu Estado acusado de crime de contrabando, previsto no artigo 334 do Código Penal, por entrar no país com mercadoria proibida. Considerando-se que a Constituição do Estado a que pertence tal deputado tem expressa previsão legal de que “os deputados estaduais, nos crimes comuns, serão julgados pelo Tribunal de Justiça”, assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência predominante, com relação à competência para o processamento e julgamento de ação penal decorrente da conduta do parlamentar:

- (A) Em razão da expressa previsão da Constituição Estadual, será competente o Tribunal de Justiça do seu Estado.
- (B) Será competente o Tribunal Regional Federal da Região em que estiver inserido o Estado do parlamentar, haja vista ser o crime de contrabando da competência da Justiça Federal, uma vez que fere interesses da União.
- (C) Será competente uma das Varas Federais Criminais da Subseção Judiciária da capital do seu Estado, tendo em vista que o crime de contrabando é da competência da Justiça Federal e a Constituição Estadual não prevê ressalva específica para julgamentos de crimes em tal circunstância.
- (D) Será competente o Supremo Tribunal Federal, uma vez que, em função do princípio da igualdade, deve ser dispensado ao deputado estadual tratamento equivalente ao dos parlamentares federais.
- (E) Será competente uma das Varas Criminais da Comarca da Capital do Estado do parlamentar.

**58**

O princípio da insignificância tem sido admitido pela doutrina e pela jurisprudência, apesar de não previsto expressamente no ordenamento jurídico vigente. Ao reconhecer a sua incidência e aplicá-lo no caso concreto, o juiz deverá

- (A) absolver por atipicidade formal.
- (B) reduzir a pena respectiva em razão da menor culpabilidade.
- (C) absolver em razão de excludente supra legal de ilicitude.
- (D) absolver por atipicidade material
- (E) absolver por ausência de culpabilidade.

**59**

Mévio comete o crime de falsificação de documento público, previsto no artigo 297, do Código Penal, e por ele é condenado perante a primeira instância do Poder Judiciário de seu Estado antes da sua investidura na função de parlamentar. Imediatamente após a publicação da sentença, Mévio é investido no cargo de deputado federal. Considerando-se a situação descrita, assinale a alternativa correta.

- (A) Após a investidura de Mévio como parlamentar, a competência para seu julgamento será deslocada para o Supremo Tribunal Federal, que deverá aproveitar todos os atos praticados pelo juízo de primeira instância, à exceção dos incompatíveis com o deslocamento da competência, dentre os quais se encontra a sentença que deverá, desta feita, ser prolatada pela Corte Suprema.
- (B) Após a investidura de Mévio como parlamentar, a competência para seu julgamento será deslocada para o Supremo Tribunal Federal, que não poderá aproveitar qualquer ato praticado pelo juízo de primeira instância, refazendo-se todos os atos processuais, desde o recebimento da denúncia.
- (C) Após a investidura de Mévio como parlamentar, a competência para seu julgamento será deslocada para o Supremo Tribunal Federal. Findo o seu mandato sem que tenha havido o trânsito em julgado da sua condenação, permanecerá competente para o processamento da ação penal o Supremo Tribunal Federal, em razão da aplicação do princípio da perpetuação da jurisdição.
- (D) Após a investidura de Mévio como parlamentar, em razão da aplicação do princípio da perpetuação da jurisdição, a competência para seu julgamento permanecerá sendo da Justiça Estadual, desta feita em grau recursal, perante o Tribunal de Justiça do Estado.
- (E) Após a investidura de Mévio como parlamentar, a competência para seu julgamento será deslocada para o Supremo Tribunal Federal. Entretanto, caso renuncie ao cargo antes do trânsito em julgado da ação penal, a competência para o seu processamento não poderá regressar à Justiça Estadual, haja vista que tal hipótese daria oportunidade ao réu de escolher o juízo em que seria julgado.

**60**

Segundo a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, o texto constitucional e a Lei 8072/90, **NÃO** ostenta a natureza de crime hediondo ou assemelhado

- (A) Extorsão qualificada pela morte.
- (B) Estupro.
- (C) Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.
- (D) Epidemia com resultado morte.
- (E) Associação para o tráfico.

**61**

Com relação ao concurso de pessoas, disciplinado pelo artigo 29 do Código Penal, das afirmativas abaixo indique a correta.

- (A) O Código Penal adotou a teoria dualista, com distinção do crime praticado pelo autor daquele cometido pelo partícipe.
- (B) Para o reconhecimento do concurso de pessoas exige-se a pluralidade de agentes e de condutas independentemente da relevância causal de cada uma delas, o liame subjetivo entre os agentes e a identidade de infração penal.
- (C) Não se admite a coautoria em crime de mão própria, sendo possível, em tese, a participação;
- (D) A doutrina brasileira de forma amplamente majoritária não admite a coautoria e a participação no crime culposos.
- (E) Reconhecida a ocorrência do desvio qualitativo por um dos agentes do crime inicialmente planejado, ao concorrente que quis participar apenas do crime preliminar acordado, ser-lhe-á aplicada a pena deste que será aumentada até a metade.

**62**

Sobre os princípios regentes do processo penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Nos crimes de ação penal privada, em razão do princípio da indivisibilidade, se o querelante deixar de oferecer queixa contra todas as pessoas que praticaram o fato criminoso, elegendo apenas algumas delas, a renúncia aos não relacionados aproveitará a todos os demais.
- (B) Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, o princípio da discricionariedade regradada ou regulada autoriza o Ministério Público a deixar de oferecer a denúncia nas hipóteses da aceitação e cumprimento de proposta de transação penal por parte do autor do fato.
- (C) O juiz não poderá proferir sentença condenatória com base, exclusivamente, nos elementos de convicção colhidos no inquérito policial, salvo quando as testemunhas não tiverem comparecido em juízo por medo de represálias do acusado.
- (D) Em razão do princípio da presunção de inocência (ou da não culpabilidade), jamais será admitida no processo penal brasileiro a prisão como antecipação de pena, ainda que se trate de crime de natureza grave, que gere forte comoção popular e afete sobremaneira a ordem pública.
- (E) É permitida a restrição do princípio da publicidade no processo penal quando há forte interesse público ou de ordem moral nesse sentido.

**63**

Assinale a alternativa correta com relação à prova no processo penal de acordo com a jurisprudência predominante:

- (A) As Comissões Parlamentares de Inquérito, em razão da outorga de poderes investigativos próprios da autoridade judiciária que lhe dá a Constituição, poderão, com a finalidade de instruir seus trabalhos, decretar a realização de qualquer medida que tenha reserva de jurisdição expressa no texto constitucional, desde que devidamente fundamentada.
- (B) Segundo a teoria da ilicitude por derivação, são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, mesmo quando puderem ser obtidas por uma fonte independente.
- (C) É ilícita a prova relativa a crime apenado com detenção quando obtida fortuitamente em consequência de interceptação telefônica regularmente decretada para investigar crime diverso, com pena de reclusão, ainda que exista conexão entre os delitos em questão.
- (D) É ilícita a utilização como prova em um processo de certidão de inteiro teor de depoimento prestado por testemunha já falecida em processo diverso, em que figuravam no polo passivo réus distintos, ainda que o depoimento verse sobre fatos conexos ou correlatos e mesmo que a certidão tenha sido regularmente obtida por meio de requerimento ao juízo.
- (E) É ilícita a prova obtida como violação não autorizada de correspondência de terceiros quando utilizada para comprovar a inocência do réu.

**64**

No processo de individualização da pena, o juiz deve observar o critério trifásico disposto no artigo 68 do Código Penal. Na fase intermediária, há previsão legal da agravante da reincidência. Nas hipóteses abaixo, com relação à agravante respectiva e observada a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, indique a **INCORRETA**.

- (A) Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do trânsito em julgado da condenação e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer à revogação.
- (B) Para efeito de reincidência, não se consideram os crimes militares próprios.
- (C) Para efeito de reincidência, não se consideram os crimes políticos.
- (D) Ainda que condenado de forma definitiva por crime em que foi aplicada apenas a pena de multa, se o agente voltar a praticar novo delito será considerado reincidente.
- (E) O Código Penal não considera para efeito de reincidência a condenação anterior definitiva pela prática de contravenção penal.

**65**

Caio é denunciado pelo Ministério Público Federal sob a acusação de que teria subtraído, dentro de uma agência da Caixa Econômica Federal e com o emprego de grave ameaça, cinco mil reais que uma correntista acabara de sacar. No curso da instrução processual, o magistrado indefere imotivadamente a oitiva de testemunhas de acusação, vindo, ao final, proferir sentença absolvendo o réu por ausência de provas. Inconformado, o Ministério Público Federal interpõe recurso de apelação visando reformar sentença, ao argumento único de que o conjunto probatório seria suficiente para se proferir um decreto condenatório. Analisando o apelo, o Tribunal Regional Federal declara, de ofício, a nulidade do processo *ab initio*, uma vez que a competência para processamento e julgamento do crime em questão seria da Justiça Estadual. A respeito do tema, indique a alternativa correta.

- (A) A decisão do Tribunal Regional Federal está equivocada, pois, não tendo sido arguida no recurso interposto pelo Ministério Público, a nulidade processual não poderia ser conhecida em desfavor do réu.
- (B) A decisão do Tribunal Regional Federal está equivocada, pois, embora pudesse o órgão colegiado conhecer de nulidade absoluta não arguida no recurso interposto pelo Ministério Público, a competência para processamento e julgamento do crime em questão seria da Justiça Federal.
- (C) A decisão do Tribunal Regional Federal está equivocada, pois, ao não opor exceção de incompetência no momento próprio, o Ministério Público permitiu que a competência fosse prorrogada, impedindo o órgão colegiado de declarar a nulidade *ab initio* do processo.
- (D) A decisão do Tribunal Regional Federal está equivocada, pois embora não pudesse ter reconhecido a incompetência do juízo em razão da ocorrência do fenômeno da prorrogação de competência, deveria o órgão colegiado ter declarado a nulidade do processo desde a fase de oitiva de testemunhas, determinando que o magistrado de primeiro grau ouvisse aquelas indicadas pelo Ministério Público.
- (E) A decisão do Tribunal Regional Federal está correta, pois a apelação interposta pelo Ministério Público devolve na integralidade a matéria ao órgão colegiado, não sendo necessário arguir expressamente nulidade absoluta verificada no processo, sobretudo por se tratar de matéria de ordem pública.



**66**

Caio é denunciado pelo Ministério Público sob a acusação de que teria praticado o crime de roubo simples. No curso do processo, o advogado de Caio junta aos autos uma certidão de óbito de seu cliente e requer a decretação de extinção da punibilidade pela morte do agente, pedido deferido pelo magistrado. Dois meses após, Caio é preso em flagrante delito pela prática do crime de estelionato, o que leva à constatação de que a certidão de óbito juntada ao primeiro processo era falsa. A respeito do problema, indique a alternativa correta de acordo com a jurisprudência predominante:

- (A) O Ministério Público poderá ajuizar uma revisão criminal com o fim de desconstituir o trânsito em julgado da sentença proferida no primeiro processo, ao argumento de que ninguém pode ser beneficiado pela própria torpeza.
- (B) O Ministério Público poderá apresentar requerimento ao juiz que julgou extinta a punibilidade no sentido de que reconheça a inexistência jurídica da sentença proferida em razão da falsidade da certidão de óbito e determine o regular prosseguimento do feito.
- (C) O Ministério Público nada poderá fazer quanto ao primeiro processo, uma vez que se formou coisa julgada material absoluto em favor do réu, mas poderá pedir ao juiz do segundo processo que aumente a pena base do acusado com fundamento em sua reprovável conduta social.
- (D) O Ministério Público nada poderá fazer quanto ao crime de roubo simples, uma vez que se formou coisa julgada material absoluto em favor do réu, mas poderá oferecer denúncia pela prática do crime de fraude procesual.
- (E) O Ministério Público nada poderá fazer quanto ao primeiro processo, uma vez que se formou coisa julgada material absoluto em favor do réu e nenhuma consequência desfavorável pode haver contra ele.

**67**

Com relação à causalidade na omissão, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a causalidade é normativa nos crimes omissivos impróprios.
- (B) a posição de garante daquele que tem por lei a obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, somente se manifesta quando deriva de preceito legal de natureza penal.
- (C) a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- (D) o § 2º do artigo 13 do Código Penal, ao disciplinar quando a omissão é penalmente relevante, ostenta a natureza de norma de extensão ou de ampliação da figura típica.
- (E) a omissão penalmente relevante pode decorrer de dolo ou de culpa.

**68**

Caio, policial militar, é denunciado pelo Ministério Público com atuação perante o Tribunal do Juri, sob a acusação de que teria, no exercício da função, executado Tício com um tiro. Recebida a denúncia, pronunciado pelo juiz presidente do Tribunal do Juri e levado a julgamento em Plenário, a defesa de Caio pleiteia a desclassificação do crime em sua modalidade dolosa para a modalidade culposa. Submetido a votação, o quesito referente à desclassificação, os jurados respondem afirmativamente. A esse respeito, indique a alternativa correta.

- (A) O juiz presidente do Tribunal do Juri deverá remeter os autos à Justiça Militar, por lhe faltar competência para proferir sentença condenatória na hipótese.
- (B) O juiz presidente do Tribunal do Juri deverá suscitar o conflito positivo de competência, uma vez que, operada a desclassificação pelos jurados, prorroga-se a competência do Tribunal do Juri, de modo que tanto o Tribunal Civil quanto o Tribunal Militar possuem competência para julgamento da questão.
- (C) O juiz presidente do Tribunal do Juri deverá remeter os autos à livre distribuição no Tribunal de Justiça, uma vez que, não se tratando mais de crime doloso contra a vida, lhe faltaria competência para proferir sentença.
- (D) O juiz presidente do Tribunal do Juri deverá redigir novo quesito relativo à competência para prolação de sentença, a ser respondido pelos jurados.
- (E) O juiz presidente do Tribunal do Juri deverá proferir sentença, uma vez que a competência é prorrogada em tal hipótese.

**69**

Quanto à monitoração eletrônica no curso de execução da pena, indique a alternativa correta.

- (A) A saída mediante utilização de monitoração eletrônica somente será autorizada a condenados que estejam cumprindo pena em regime aberto ou em prisão domiciliar.
- (B) É dever do condenado que tiver sido autorizado a sair do estabelecimento prisional com utilização de monitoração eletrônica receber visitas do servidor responsável pela referida monitoração, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações.
- (C) A violação a quaisquer dos deveres inerentes à saída temporária mediante utilização de monitoração eletrônica imporá ao condenado a revogação do benefício, vedada a regressão de regime.
- (D) O condenado não poderá violar o dispositivo de monitoração eletrônica e nem permitir que outrem o faça, salvo quando houver dúvidas acerca de seu regular funcionamento.
- (E) Ao condenado em regime fechado que apresentar comportamento satisfatório, poderá ser deferida, em caráter excepcional, a saída temporária mediante utilização de dispositivo de monitoração eletrônica.



**70**

Caio é denunciado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob a acusação de que teria praticado o crime de lesão corporal de natureza gravíssima. Na resposta apresentada, Caio arrola Tício como testemunha de defesa e solicita a expedição de carta precatória à comarca do Rio de Janeiro para a realização da inquirição. Ouvido no juízo deprecado, Tício mente e comete falso testemunho. A respeito do tema, indique a alternativa correta.

- (A) O juízo competente para processar e julgar Tício é o do Rio de Janeiro, uma vez que o crime ali se consumou, deixando de ser punível o fato, no entanto, se Tício se retratar antes de ser proferida a sentença no processo em que se deu o falso testemunho.
- (B) O juízo competente para processar e julgar Tício é o do Rio de Janeiro, uma vez que o crime ali se consumou, deixando de ser punível o fato, no entanto, se Tício se retratar antes de ser denunciado pelo Ministério Público.
- (C) O juízo competente para processar e julgar Tício é o de São Paulo, uma vez que o resultado ali deveria se produzir, deixando de ser punível o fato, no entanto, se Tício se retratar antes de ser proferida a sentença no processo em que se deu o falso testemunho.
- (D) O juízo competente para processar e julgar Tício é o de São Paulo, uma vez que o resultado ali deveria se produzir, deixando de ser punível o fato, no entanto, se Tício se retratar antes de ser denunciado pelo Ministério Público.
- (E) O juízo competente para processar e julgar Tício é o de São Paulo, uma vez que o resultado ali deveria se produzir, não possuindo qualquer efeito jurídico eventual retratação feita por Tício.

**71**

Mévio e Taís fizeram “pacto de morte”. Para tal fim, o casal se hospedou em um quarto de hotel, tendo Mévio ligado o gás e se deitado ao lado de Taís. Em razão do forte cheiro exalado, o gerente do estabelecimento arrombou a porta e encontrou o casal desfalecido, conseguindo retirar ambos do local ainda com vida. Mévio não sofreu qualquer tipo de lesão, enquanto Taís sofreu lesão de natureza grave. Qual a tipificação correta?

- (A) Mévio e Taís deverão responder nas penas do artigo 122 do CP (induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio).
- (B) Mévio deverá responder nas penas do artigo 121 c/c 14, II, do CP (homicídio tentado) e Taís pelo tipo do artigo 122 do CP.
- (C) Mévio deverá responder pelo artigo 122 do CP e Taís por nenhum delito, sendo atípico seu comportamento.
- (D) Mévio deverá responder pelo artigo 121 c/c 14, II, do CP e Taís por nenhum delito, sendo atípico seu comportamento.
- (E) Mévio e Taís deverão responder nas penas do artigo 122 c/c 14, II, do CP.

**72**

Quanto à execução da pena, indique a alternativa correta.

- (A) Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, em caso de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão, vedada a medida para condenados que cumprem pena em regime fechado.
- (B) Os condenados que cumprem pena em regime fechado somente poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando a medida se mostrar imprescindível para o tratamento de doença infecciosa.
- (C) Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto somente poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, quando se tratar de comparecimento a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.
- (D) A autorização para saída temporária do estabelecimento com o fim de comparecimento a curso supletivo profissionalizante será automaticamente revogada quando o condenado a cumprimento de pena em regime semiaberto revelar baixo grau de aproveitamento do curso.
- (E) Para fazer jus à autorização de saída temporária do estabelecimento com o fim de comparecimento a curso supletivo profissionalizante, o condenado deverá assinar termo de compromisso de realização de trabalho dentro do sistema carcerário relativos à área de especialização cujas aulas irá frequentar.

**73**

Quando um determinado fato, aparentemente, reclama a aplicação de mais de um tipo penal, certo que somente um deles pode prevalecer, surge o chamado conflito aparente de normas. Com relação ao tema, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a doutrina e a jurisprudência prevalentes solucionam o tema através de três princípios: especialidade, subsidiariedade e consunção.
- (B) no crime progressivo e na progressão criminosa o agente para atingir o crime mais grave desejado, tem que passar por outro menos grave que fica por aquele absorvido, não havendo diferença conceitual entre os mesmos.
- (C) no princípio da consunção, os crimes aparentemente concorrentes estão numa relação de meio a fim, de parte a todo, de conteúdo a continente.
- (D) o tipo é especial com relação a outro quando possui todos os elementos deste e mais alguns específicos.
- (E) segundo a doutrina majoritária, nos crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado não se pode falar em concurso ou conflito de normas, uma vez que as condutas vêm previstas no mesmo tipo legal.

**74**

Caio, ao desembarcar no Rio de Janeiro de navio proveniente da França, é preso por entrar no país com 500 pontos de LSD, acondicionados dissimuladamente dentro de blocos de bilhetes de loterias emitidos pela França, tendo o sido lavrado, pela Polícia Federal, o respectivo auto de prisão em flagrante pela prática do crime de tráfico internacional de drogas e pela consumação da contravenção penal de introdução de bilhetes de loterias estrangeiras no país. A respeito do tema, indique a alternativa correta de acordo com a jurisprudência predominante:

- (A) Será competente para processar e julgar Caio a Justiça Federal da Subseção do Rio de Janeiro por ambas as figuras delitivas, uma vez que há conexão probatória entre as condutas, haja vista que a vedação constitucional ao julgamento de contravenções penais pela Justiça Federal é restrita às hipóteses em que há prática isolada de contravenção penal em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
- (B) O processo e julgamento quanto ao crime de tráfico de drogas deverá ser realizado pela Justiça Federal e, no tocante à contravenção penal, será competente um dos Juizados Especiais Criminais da Comarca da Capital, uma vez que há vedação constitucional específica ao julgamento de contravenções penais no âmbito da Justiça Federal.
- (C) O processo e julgamento quanto ao crime de tráfico de drogas deverá ser realizado pela Justiça Federal e, no tocante à contravenção penal, será competente uma das Varas Criminais da Comarca da Capital, uma vez que há vedação constitucional específica ao julgamento de contravenções penais no âmbito da Justiça Federal.
- (D) Em razão de ausência de previsão legal específica com relação à competência para o processo e julgamento das contravenções penais em conexão probatória com crimes de competência da Justiça Federal, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal Regional Federal da Segunda Região, a fim de determine o juízo competente.
- (E) Em razão de ausência de previsão legal específica com relação à competência para o processo e julgamento das contravenções penais em conexão probatória com crimes de competência da Justiça Federal, os autos deverão ser remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, a fim de determine o juízo competente.

**75**

No curso de um crime de extorsão mediante sequestro, um dos agentes foi identificado e preso em razão de diligência decorrente de escuta telefônica legalmente deferida, tendo indicado o nome e endereço do seu comparsa, que não foi encontrado. A vítima conseguiu fugir sem ser notada, tendo, depois, levado os policiais ao local do cativeiro, sendo lá detido aquele sequestrador indicado pelo comparsa preso inicialmente. Instaurada a ação respectiva em face dos agentes, aquele agente preso inicialmente e que delatara o comparsa, requereu o benefício da diminuição da pena por ter com seu comportamento, possibilitado a identificação do seu comparsa. Em relação ao fato narrado, é possível afirmar que

- (A) a delação deve ser aceita pelo juiz, segundo jurisprudência dominante dos Tribunais superiores, em razão de ter possibilitado a identificação do coautor do crime do artigo 159 do Código Penal.
- (B) a delação não pode ser aceita pelo juiz, segundo jurisprudência dominante dos Tribunais superiores, uma vez que, embora possibilitando a identificação do coautor do crime do artigo 159 do Código Penal, não foi suficiente para a prisão deste.
- (C) a delação não pode ser aceita pelo juiz, segundo jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, uma vez que, embora possibilitando a identificação do coautor do crime do artigo 159 do Código Penal, não ajudou na libertação do sequestrado.
- (D) a delação não pode ser aceita pelo juiz, segundo jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, uma vez que, embora possibilitando a identificação do coautor do crime do artigo 159 do Código Penal, não foi suficiente para a prisão deste e não ajudou na libertação do sequestrado.
- (E) a delação não pode ser aceita pelo juiz, uma vez que, embora previsto legalmente, o instituto teve sua inconstitucionalidade recentemente declarada pelo Supremo Tribunal Federal.

**76**

No curso de processo de execução da pena que cumpria em regime fechado, Mévio trabalhou internamente por quatro anos, tendo requerido o benefício da remição que foi deferido e homologado pelo juiz competente. Elaborado novo cálculo de pena já constando os dias remidos, Mévio veio a praticar falta grave devidamente reconhecida após a observância de todas as garantias legais. Na hipótese respectiva, com relação ao benefício antes referido e deferido, observada a jurisprudência dos Tribunais Superiores,

- (A) o juiz poderá determinar a perda de todos os dias remidos.
- (B) a falta praticada não terá qualquer reflexo nos dias remidos já homologados pelo juiz da execução.
- (C) o juiz poderá revogar até 1/3 do tempo remido.
- (D) o juiz poderá revogar até 1/2 do tempo remido.
- (E) o apenado perderá os dias remidos limitados há um ano.

**77**

Valéria, cumprindo pena privativa de liberdade decorrente de condenação pela prática de crime de roubo qualificado, e já em regime semiaberto, após progressão de regime concedida pelo Juiz da Vara de Execuções Penais, foi autorizada a sair temporariamente do estabelecimento prisional para visitar a família, não retornando, contudo, ao estabelecimento, na data aprazada. Constatada a fuga da apenada, o Juiz da Vara de Execuções Penais determinou imediatamente a regressão do regime de cumprimento de pena, para o fechado, e expediu mandado de prisão. Em relação ao fato narrado, é possível afirmar que

- (A) a regressão cautelar de qualquer regime de pena privativa de liberdade em razão de fuga só é permitida, segundo jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, após a oitiva do condenado determinada pelo art. 118, §2º da Lei de Execuções Penais.
- (B) a regressão cautelar dos regimes de pena privativa de liberdade aberto e semiaberto em razão de fuga só é permitida, segundo jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, após a oitiva do condenado determinada pelo art. 118, §2º da Lei de Execuções Penais.
- (C) a regressão cautelar de qualquer regime de pena privativa de liberdade em razão de fuga é permitida, segundo jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, antes da oitiva do condenado determinada pelo art. 118, §2º da Lei de Execuções Penais.
- (D) a regressão cautelar dos regimes de pena privativa de liberdade aberto e semiaberto em razão de fuga é permitida, segundo jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, antes da oitiva do condenado determinada pelo art. 118, §2º da Lei de Execuções Penais.
- (E) A regressão cautelar, segundo jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, não é admitida, em nenhuma hipótese, por ausência de expressa previsão legal para o instituto.

**78**

Com relação ao crime de peculato (artigo 312 e §§), é correto afirmar que

- (A) somente o funcionário público poderá por ele responder.
- (B) o crime se tipifica quando o agente se apropria de dinheiro, valor ou qualquer bem móvel público, não restando configurado quando se trata de apropriação de bem móvel de particular.
- (C) somente há previsão da forma dolosa.
- (D) a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores admite a aplicação do princípio da insignificância para afastá-lo.
- (E) o artigo 312 prevê o peculato-apropriação e o peculato-desvio, enquanto o § 1º disciplina o chamado peculato-furto.

**79**

Xerxes foi condenado pela prática do injusto do artigo 129, caput, do Código Penal (lesão corporal simples), sendo a ele aplicada a pena mínima de 3 meses de detenção em regime aberto, aplicado o sursis pelo prazo de 2 anos. O juiz deixou de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos sob o fundamento de expressa vedação legal, eis que o crime respectivo foi cometido com violência. Diante deste quadro, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o sursis somente deve ser aplicado quando não indicada ou cabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- (B) o condenado anteriormente a pena de multa não fica impedido de obter o sursis.
- (C) Segundo doutrina majoritária, é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos na condenação pelo crime de lesão corporal simples, ameaça ou constrangimento ilegal, ainda que presente elementar violência ou grave ameaça, eis que são delitos que ostentam a natureza de infração de menor potencial ofensivo que prioriza a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- (D) o acusado reincidente nunca fará jus à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- (E) nos crimes apenados com detenção, não pode o juiz fixar o regime fechado para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada.

**80**

O *iter criminis* é composto de quatro etapas, sendo **INCORRETO** afirmar que

- (A) a desistência voluntária somente é cabível na tentativa imperfeita, enquanto o arrependimento eficaz só é possível na tentativa perfeita.
- (B) os atos preparatórios não são puníveis, salvo quando constituem atos executórios de outro delito.
- (C) o quantum de redução da pena por força da tentativa deve ter por base o iter percorrido em sua razão inversa.
- (D) na chamada culpa imprópria é admitida a tentativa.
- (E) no crime falho, o processo executório é interrompido por circunstâncias alheias à vontade do agente.

**Atenção!** Você está recebendo um caderno de provas de **Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário do Tipo 1 (Branco – 09M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

## Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
  - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
  - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
    - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
  - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
    - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
    - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
  - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
  - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
  - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
  - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
  - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
  - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
  - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
  - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
  - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.